

**ATA**

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10:00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador José Manuel Torcato Ribeiro – a) - Disse estranhar que, no passado dia 14 de Novembro, dia de Greve Geral, a Câmara Municipal tenha recorrido aos serviços da VITRUS Ambiente, EIM, SA para fazer a limpeza na cidade em áreas que são cometidas aos trabalhadores da Câmara que haviam aderido ao protesto, violando, assim, a lei da greve); **b)** – Manifestou preocupação com uma recente notícia em que se anunciava que a responsabilidade de elaboração da Carta da Reserva Ecológica Nacional iria passar a ser das autarquias, dizendo esperar que a Câmara esteja atenta. -----

2 – Vereador André Coelho Lima – Aproximando-se o final do ano e estando mais próximo a Cidade Europeia do Desporto 2013, disse ser tempo de transmitir uma mensagem para que o evento sirva para a divulgação da prática desportiva, bem como para a participação dos vimaranenses. -----

3 – Vereador Amadeu Portilha – Informou que na próxima segunda-feira se realiza a sessão de apresentação das linhas gerais do programa da Cidade Europeia do Desporto 2013. -----

4 – Vereadora Francisca Abreu - a) – Leu, em voz alta, um texto sobre o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, que a seguir se transcreve: “A violência contra as mulheres é um fenómeno que atravessa todas as camadas sociais, multidimensional, englobando um conjunto de comportamentos de carácter abusivo, de natureza física, psicológica e/ou económica. Trata-se de um fenómeno que atenta contra a dignidade e os direitos humanos das mulheres que deve mobilizar os esforços de todos no sentido da sua erradicação, para a construção de uma sociedade mais livre, mais democrática, mais justa, em que a homens e a mulheres são reconhecidos direitos iguais, de facto. Trata-se de um fenómeno civilizacional, assente em estereótipos sociais e culturais, em crenças que contribuem de forma significativa para a sua tolerância, tácita ou não, para a desvalorização dos comportamentos agressivos dos agressores e, tantas vezes, para a culpabilização das vítimas. As consequências da violência contra as mulheres trazem custos elevados no domínio da saúde física e mental, profissional, comunitário, enquanto figura parental, de suporte e autoridade. E consequências sobre os filhos menores, tantas vezes testemunhas silenciosas e sofredoras das situações de indignidade e de violência a que as suas mães são sujeitas. Apesar da legislação existente, que reconhece direitos iguais a homens e a mulheres e de proteção da mulher vítima de violência, dos serviços e medidas que prosseguem os mesmos objectivos, o facto é que todos os anos ouvimos notícias de mulheres assassinadas (em 2010, 41, em 2011, 47) pelos maridos, companheiros ou ex-maridos ou ex-



companheiros e namorados que, mais do que incomodar, deve mobilizar-nos para a tomada de medidas ativas de combate este flagelo. No pretérito dia 25 de novembro celebrou-se o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, que queremos assinalar, dando conta a esta Câmara, embora de forma sumária, do trabalho que o Espaço Informação Mulher, criado em 2000, desenvolveu neste ano de 2012, como contributo para que em Guimarães se erradique a violência contra as mulheres e se construa uma verdadeira democracia paritária. **De Janeiro a Novembro de 2012** - foram registadas 23 novas situações de violência doméstica, que estão a ser acompanhadas pelos respectivos serviços; foram atendidos 56 casos de mulheres em busca de ajuda (Serviço Social); foram realizadas 498 consultas de psicologia, de acompanhamento às vítimas; decorreram sessões de sensibilização, no âmbito de um programa de intervenção psicológica junta das vítimas; realizaram-se 17 sessões de sensibilização nas EB 2/3 de Guimarães, para a prevenção da violência em contexto escolar (bullying); realizaram-se sessões de prevenção da violência no namoro nas escolas secundárias do concelho. No contexto atual de crise económica e de dificuldades financeiras que as portuguesas e os portugueses sofrem, aos problemas de diversa ordem (medo, baixa auto estima, isolamento, depressão, ansiedade, tristeza, falta de controle e de vontade) que impedem, tantas vezes, as mulheres de denunciarem a situação indigna em que vivem e a que se sujeitam, acrescem as dificuldades financeiras que lhes retiram a autonomia e liberdade necessárias para decisões de ruptura e de libertação. De janeiro a novembro de 2012, o EIM sinalizou o equivalente a metade das situações de 2011, corroborando os dados do recente Relatório da Direção Geral da Administração

Interna de 2011, que dá conta de uma diminuição de participações de ocorrências de violência contra as mulheres. As circunstâncias difíceis que atravessamos exigem de todos nós uma atenção redobrada e uma intervenção mais pró-ativa; **b)** – Informou que, por ocasião do seu 90º aniversário, a Coelima propôs à Cooperativa “A Oficina”, entidade promotora da marca e indicação geográfica do Bordado de Guimarães, uma parceria que unisse as formas tradicionais de bordar e a confecção industrial, criando, assim, um produto novo: jogos de lençóis confeccionados industrialmente e bordados à mão, no respeito pelas especificações, materiais e técnicas tradicionais. Continuou, referindo que, num processo de pesquisa técnica - uma vez que foi necessário ajustar o comportamento do linho com o do algodão – e de sensibilização das pessoas de ambas as partes, foram combinados os processos artesanais e industriais, que resultou num produto novo, de qualidade certificada e prestígio. Concluiu, dizendo que com a participação das bordadeiras de Guimarães instaladas no Espaço Oficina, com a mediação e a parceria da “Oficina”, a “Coelima” lançou no mercado um produto novo, em que cada exemplar é único e certificado, na medida em que cada um é singular, sendo um produto altamente atrativo e valorizado que, a avaliar pelo sucesso comercial que obteve num curtíssimo prazo de tempo, pode servir como exemplo para outras parcerias e outros produtos inovadores, que acrescentem valor ao nosso tecido produtivo. -----

5 – Vereador José Manuel Antunes – Começou por dizer que, no seguimento da reunião de Câmara extraordinária realizada no passado dia 23 de novembro, em que se aprovou o Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em Liquidação, para o ano de 2013, o Presidente da



Câmara informou que no decorrer do próximo ano iriam ser esclarecidas todas as questões. Prosseguiu, referindo que, a seguir, a VIMÁGUA emitiu um comunicado à imprensa sobre este assunto, com um conteúdo vago, tentando justificar-se mas que, a seu ver, acaba por nada explicar. Disse que a VIMÁGUA devia esclarecimentos ao Município em primeira mão, e não ao público através da comunicação social. Assim, manifestou-se contra o referido esclarecimento da Vimágua, considerando que esta empresa intermunicipal deve, em primeira instância, explicações à Câmara Municipal. -----

6 – Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Sobre a intervenção do Vereador José Manuel Antunes disse que a Vimágua é uma empresa autónoma, reiterando que o encerramento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em Liquidação, não acontecerá sem o cabal esclarecimento dos motivos que estão na origem das dívidas por cobrar; **b)** – Sobre a Reserva Ecológica Nacional (REN) disse que não houve qualquer incumprimento nos dois casos aqui votados de desafetação da REN, concordando que se trata de uma questão sensível; **c)** – Sobre a intervenção da Vereadora Francisca Abreu disse que o trabalho sobre a violência doméstica é delicado e fundamental, acrescentando que o que se está a passar é, de facto, preocupante, apresentando níveis muito altos de violência. -

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da visita a Guimarães, no dia de ontem, do Embaixador dos Estados Unidos da América, que se revelou muito profícua; **2** – Da visita a Guimarães, na próxima semana, da Conselheira para os Estudos Económicos da Embaixada da China; **3** – Da realização, em Guimarães, do II Encontro Técnico da Rede Temática de Cidades

para a Proteção e Valorização de Centros Históricos, entre os dias 27 e 29 de novembro, com a presença de cerca de 50 representantes das várias cidades que integram a UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, bem como de representantes de outras cidades como observadores. **4** – Felicitou a Fundação Cidade de Guimarães pelo trabalho realizado durante esta noite, apresentando os símbolos da CEC com motivos das Nicolinas. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 - Do ofício da VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA remetendo, para conhecimento, o Plano Previsional para o próximo ano, aprovado em reunião da Assembleia-Geral, em cumprimento das disposições dos Estatutos e do regime jurídico da atividade empresarial e das participações locais, aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas; **2** – Da seguinte informação dos Serviços de Educação: "**Hasta Pública nº 7-2012 - Venda de 16 terrenos do domínio privado do Município** - Nos termos do disposto no nº 3, do artigo 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, submete-se a conhecimento da Câmara o despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 8 de novembro de 2012, que, no âmbito da hasta pública indicada em epígrafe, arrematou definitivamente a Claude Jean Louis Gastaut o lote nº 5 do loteamento titulado pelo Alvará nº 29/85, sito no lugar da Lage ou Castelões, da freguesia de Ponte, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 69/19850625 e inscrito na respetiva matriz urbana sob o nº 4185,



pelo preço de 5.931,00€". -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2012. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2012. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se a Vereadora Alexandra Gesta por não ter estado presente na reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS - CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE RECONVERSÃO DA EB1 DO PINHEIRAL - CALDELAS, PARA CENTRO ESCOLAR - CONTA FINAL – Presente, para aprovação, a conta final, bem como os autos final e de suprimento de erros e omissões, da obra em epígrafe, adjudicada a “DST – Domingos da Silva Teixeira, SA”, nos valores, respetivamente, de €1.062.446,44 + IVA, €5.878,19 + IVA e €71.163,64 + IVA. A referida conta final dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTAS DE FREGUESIAS - FREGUESIA DE BRITEIROS S. SALVADOR - PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO CELEBRADO EM 21 DE JUNHO DE 2012 – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos

Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de Abril de 2012, deliberou atribuir um subsídio à Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador para comparticipação na obra de construção da Casa Mortuária, bem como a atribuição da verba necessária à execução das obras até ao montante de €13.502,01. Em 2 novembro de 2012, complementando o pedido apresentado em 17 de outubro, a Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador solicitou a esta Câmara Municipal a alteração do protocolo, pretendendo que o subsídio se destine à comparticipação no pagamento do projeto de arquitetura e das respetivas especialidades, e ainda para o pagamento dos honorários do recurso judicial (processo nº 2617711.9TBGMR) apresentado na sequência da impugnação da escritura de justificação do prédio urbano onde se pretende construir a capela. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de Atribuição de Subsídio, celebrado em 21 de junho de 2012, alterando-se assim a 1ª cláusula, que passa a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador para comparticipação no pagamento do projeto de arquitetura e das respetivas especialidades, e ainda no pagamento dos honorários do recurso judicial (processo nº 2617711.9TBGMR) apresentado na sequência da impugnação da escritura de justificação do prédio urbano onde se pretende construir a capela". **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

**JUNTAS DE FREGUESIA - FREGUESIA DE RENDUFE -
ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**

- Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança:
"A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em



7 de abril de 2011, deliberou atribuir um subsídio à Junta de Freguesia de Rendufe destinado à requalificação do edifício sede da Junta de Freguesia e aquisição de mobiliário, bem como a concessão de uma verba de €13.058,33. Em carta dirigida a esta Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Rendufe informou não ter sido possível a execução da totalidade da obra acima identificada no ano de 2011, pelo que solicitou autorização para a sua conclusão até ao final de 2012. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração da cláusula 3.ª do Protocolo de Atribuição de Subsídio relativo ao ano de 2011, celebrado em 12 de abril de 2011, que passa a ter a seguinte redação: "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2012". Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de €13.058,33 para o ano de 2012". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE LEITÕES –
PRIMEIRO ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO
DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO EM 21 DE JUNHO DE 2012 -**

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Em 26 de abril de 2012, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou delegar na Junta de Freguesia de Leitões a execução da obra de construção de passeios entre a igreja e o lugar de Pousadouro, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de €9.290,18. Em carta dirigida a esta Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Leitões informou que a construção daqueles passeios implicava a reconstrução dos respetivos muros de suporte de terras, solicitando a alteração do objeto do Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 21 de junho de 2012. Assim, submete-se à consideração do

executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 21 de junho de 2012, alterando-se a 1ª cláusula, que passa a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na Junta de Freguesia de Leitões para a execução da obra de construção de passeios e respetivos muros de suporte de terras entre a igreja e o lugar de Pousadouro".

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

JUNTAS DE FREGUESIA - FREGUESIA DE CANDOSO S. TIAGO - ALTERAÇÃO DE PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 29 de março de 2012, deliberou aprovar o primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências celebrado com a Junta de Freguesia de Candoso S Tiago em 11 de abril de 2011, prorrogando a execução da obra designada "Pavimentação das ruas de Santiago, Pedral e Venda Velha", bem como aprovar a transição da respetiva verba, no valor de €12.941,26, para o ano de 2012. Em 26 de abril de 2012, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou delegar na Junta de Freguesia de Candoso S. Tiago a execução da obra de Pavimentação da Rua de Santiago, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de €12.941,26. Em carta dirigida a esta Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Candoso S. Tiago informou que pretendia pavimentar a rua Eng.º Orlando Marques Rodrigues, em substituição das ruas de Santiago, Pedral e Venda Velha, solicitando a alteração do objeto dos Protocolos de Delegação de Competências relativos aos anos de 2011 e 2012. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do segundo aditamento ao Protocolo de Delegação de



Competências, celebrado em 11 de abril de 2011, alterando-se assim a 1ª cláusula, que passa a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na Junta de Freguesia de Candoso S. Tiago para execução da primeira fase da obra de pavimentação da rua Eng.º Orlando Marques Rodrigues". Mais se propõe que seja igualmente aprovado o primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências celebrado em 21 de junho de 2012, alterando-se a 1ª cláusula, que passa a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na Junta de Freguesia de Candoso S. Tiago para execução da segunda fase da obra de pavimentação da rua Eng.º Orlando Marques Rodrigues".

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

JUNTAS DE FREGUESIA - FREGUESIA DE GANDARELA - ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 23 de abril de 2009, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Gandarela a execução da obra designada por "Pavimentação da rua de Combro e da rua da Casa Nova", bem como a atribuição de uma verba até ao montante de €8.102,33. Em carta dirigida à Câmara, a Junta de Freguesia de Gandarela informou não ter sido possível a execução da obra acima identificada no ano de 2009, pelo que solicitou o seu adiamento para 2012 e ainda a substituição da rua a pavimentar, pretendendo proceder à pavimentação da rua do Assento, em vez das ruas de Combro e da Casa Nova. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração das 1.ª e 3.ª cláusulas do Protocolo de Delegação de Competências relativo ao ano de 2009, que passam a ter a seguinte redação:

Cláusula 1.^a - "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na Freguesia de Gandarela para a execução das obras de pavimentação da rua do Assento"; **Cláusula 3.^a** - "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1.^a, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2012". Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de €8.102,33 para o ano de 2012". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS – REVISÃO DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

– Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Arquivos: "No âmbito do sistema de gestão de qualidade foi definida, devido à desatualização do regulamento em vigor, a ação de melhoria nº 7/2011, que prevê a revisão do Regulamento de Organização e funcionamento dos Arquivos da Câmara Municipal de Guimarães. Atendendo à conveniência de se atualizar a atuação dos serviços camarários, no referente à produção, organização e gestão integrada dos sistemas de informação que resultam das atividades desenvolvidas pelos distintos serviços do Município de Guimarães, no âmbito do seu relacionamento com o público. Considerando a importância da existência de um Regulamento que defina e harmonize os procedimentos administrativos e técnicos inerentes à conservação, defesa, valorização e divulgação do património arquivístico custodiado pela autarquia e que simultaneamente possa vir a assegurar a sua articulação com a produção documental mais recente. Vimos submeter para apreciação e aprovação, em reunião de câmara, a revisão do "Regulamento de organização e funcionamento dos Arquivos da Câmara Municipal de Guimarães". O Regulamento de organização e funcionamento



dos Arquivos da Câmara Municipal de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, FISCALIZAÇÃO E APOIO TÉCNICO A PROJETOS E OBRAS NA ÁREA DE ELETROTECNIA

– Presente a seguinte informação: "**1. Objeto:** aquisição de serviços de consultoria, fiscalização e apoio técnico a projetos e obras na área da eletrotecnia. **2. Considerandos:** Em conformidade com as regras a observar na elaboração dos projetos das instalações elétricas dos edifícios municipais, e tendo em conta a competência específica dos técnicos que prestam estes serviços, e ainda as inerentes responsabilidades, nomeadamente a responsabilidade do projeto, a responsabilidade pela execução e da exploração, a Câmara Municipal de Guimarães, não dispondo no seu quadro de pessoal de técnicos devidamente habilitados para o efeito, celebrou um contrato de aquisição de serviços, com a empresa FERIS- Projetos Elétricos, Lda., referente a serviços de consultoria, fiscalização e apoio técnico a projetos e obras na área da eletrotecnia, com início em 1 de Janeiro de 2010, pelo prazo de 3 anos, no valor total de 36.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Ao longo destes anos, aquela empresa responsabilizou-se pelas instalações elétricas em vários edifícios municipais, tais como o Pavilhão Multiusos, Creixomil; Piscinas Municipais - Parque Desportivo, Creixomil; Pista de Atletismo "Gémeos Castro" - Parque Desportivo, Creixomil; Centro Cultural Vila Flor - Av. D. Afonso Henriques; Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; Novo Mercado Municipal; Edifício sede Câmara Municipal de Guimarães;

Edifício da Escola João de Meira; Edifício do Centro Escolar Urgezes; Edifício da Plataforma das Artes; Piscinas Municipais de Moreira de Cónegos; Edifício da Casa da Memória. Verifica-se a necessidade um apoio contínuo de técnicos para a consultoria, fiscalização e apoio a projetos e obras na área da eletrotecnia do Departamento de Obras Municipais, bem como para assumir a responsabilidade pela exploração das instalações elétricas dos equipamentos municipais acima identificados, e emissão dos respetivos termos de responsabilidade, pois tais instalações carecem de técnico responsável pela exploração, nos termos art.º 19º do Decreto-Lei nº 517/80, de 31 de outubro. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de contrato de aquisição de serviços, pelo prazo de 1 ano, com início a 1 de Janeiro de 2013 e término a 31 de dezembro de 2013, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é prestação de serviços de consultoria, fiscalização e apoio técnico a projetos e obras na área da eletrotecnia; b) A despesa total estima-se em €12.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) Esta despesa encontra-se inscrita no orçamento do ano de 2013, conforme declaração da Divisão de Contabilidade, datada de 23 de novembro de 2012; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Direto, ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, com consulta a 3 entidades". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - -AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE AVAC DO ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA e MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DETEÇÃO AUTOMÁTICA DE INCÊNDIO, DETEÇÃO DE INTRUSÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS DO ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA – Presente a

seguinte informação: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços de manutenção do sistema de AVAC e manutenção do Sistema de Detecção Automática de Incêndio, Detecção de Intrusão e Extinção de Incêndios do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. **2.**

Considerandos: Em conformidade com o Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico, aprovado pelo Decreto-Lei nº 16/93, de 23 de janeiro, e tendo em conta o dever de conservação consagrado no seu art.º 20º, os Arquivos Municipais estão obrigados a conservar a documentação que detêm, de acordo com as regras arquivísticas nacionais aprovadas pela Direção Geral de Arquivos, nomeadamente no que respeita ao controlo ambiental. O Controlo ambiental consiste em conseguir atingir valores ideais de temperatura e humidade relativa num edifício ou em parte dele, podendo depender de um sistema de ar condicionado bem calibrado, ou do próprio clima local, podendo ainda beneficiar da ausência de infiltrações ou da existência de uma ventilação adequada. Relativamente à temperatura, os valores não devem ser demasiado elevados, sob pena de aumentarem a possibilidade de deterioração química dos materiais presentes. No que diz respeito à humidade relativa será de realçar que os valores elevados e as oscilações da HR são ainda mais prejudiciais do que as variações verificadas na temperatura e estão diretamente relacionadas com o aparecimento de fungos. Devemos pois alertar para o perigo que representam as flutuações

nos valores da temperatura e da HR, que são suscetíveis de provocar reações químicas, aumentando a deterioração das obras. Devemos também salientar a necessidade de obtenção de baixas temperaturas e valores de humidade relativa controlados, uma vez que se sabe que duplica a longevidade dos bens arquivísticos por cada 5º C de temperatura mais baixa que se obtiver. Face ao exposto, no âmbito do Arquivo Municipal, foi definida, no processo de Gestão de Arquivo, do sistema de Gestão da Qualidade, a atividade nº III - Preservação e conservação física dos documentos: controlo das condições ambientais, na qual estão parametrizados os valores de humidade e temperatura que o Arquivo Municipal deve garantir, sob pena de haver deterioração dos documentos. O cumprimento desta atividade é fulcral para a manutenção da certificação de qualidade no âmbito da Norma NPENISO9001/2008, pois o não cumprimento origina uma não conformidade pela não satisfação do requisito nº 7.5.5. "Preservação do Produto". da supramencionada norma. Desta forma, e para que possamos dar cumprimento a estas regras e tendo em conta a necessidade da salvaguardada apropriada de todo o património documental deste concelho, designadamente documentos, judiciais, notariais, paroquiais, etc., o edifício municipal, onde se encontra o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, está dotado de um sistema de climatização, pelo que é necessário garantir o seu devido funcionamento, sob pena do património documental se deteriorar. O edifício está também dotado de um sistema de prevenção de incêndios e de furtos. Verifica-se assim a necessidade de realizar as devidas manutenções periódicas dos sistemas identificados no número anterior da presente informação, de forma a garantir o bom estado dos sistemas e equipamentos, sob pena de os mesmos entrarem em "falência técnica", e dar



cumprimento às regras constantes do Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios, consagradas no Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, preservando o controlo das condições ambientais e evitando possíveis danos no património custodiado pelo Arquivo Municipal. Tais manutenções só podem ser asseguradas por pessoal técnico habilitado para o manuseamento dos equipamentos, nomeadamente um Técnico TIM III (Técnico de instalações mecânicas de nível III) e um Técnico de Sistemas de Detecção de Incêndio e de Intrusão. Uma vez que esta Câmara Municipal não dispõe no seu quadro de pessoal dos técnicos acima identificados, foi celebrado um contrato de aquisição de serviços, referente à manutenção do sistema de AVAC do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, em 5 de novembro de 2009, pelo prazo de 3 anos, com início em 1 de novembro de 2009 e término em 31 de outubro de 2012. De igual modo, foi contratualizada a aquisição de serviços de Manutenção do Sistema de Detecção Automática de Incêndio, Detecção de Intrusão e Extinção de Incêndios no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, verificando-se o seu termo no passado dia 31 de outubro de 2012. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de contrato de aquisição de serviços, pelo prazo de 1 ano, com início a 1 de Janeiro de 2013 e término a 31 de dezembro de 2013, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a manutenção do sistema de AVAC e a manutenção do Sistema de Detecção Automática de Incêndio, Detecção de Intrusão

e Extinção de Incêndios do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; b) A despesa total estima-se em €15.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, dos quais €11.500,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, são relativos à manutenção do sistema de AVAC; e €3.500,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, relativos à manutenção do Sistema de Detecção Automática de Incêndio, Detecção de Intrusão e Extinção de Incêndios; c) Esta despesa encontra-se inscrita no orçamento do ano de 2013, conforme declaração da Divisão de Contabilidade, datada de 23 de novembro de 2012; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Direto, ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, com consulta a 3 entidades”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO - COMODATO EB1 DE OLEIROS - FREGUESIA DE OLEIROS

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Junta de Freguesia de Oleiros vem solicitar a cedência do edifício escolar de Bairro, bem como a cessão de duas mesas duplas e quatro cadeiras de aluno, para desenvolvimento de atividades de animação (dança e ginástica) para idosos e funcionamento da Associação Recreativa e Cultural de Oleiros. De acordo com informações prestadas pelos Serviços da Educação, tendo aquela escola sido encerrada no ano letivo transato e considerando a possibilidade de atribuir novas utilizações aos edifícios escolares devolutos, contribuindo assim para a implementação de valências culturais e sociais que se traduzam num efetivo enriquecimento da oferta de serviços à população, a cedência do identificado prédio e mobiliário à Freguesia significará uma melhoria da sua prestação de serviço público, pelo que se conclui que não há qualquer inconveniente no



deferimento da pretensão da Junta de Freguesia. Deste modo, em caso de concordância superior, deverá ser celebrado um contrato de comodato, com vista a satisfazer as necessidades da Junta de Freguesia de Oleiros e demais residentes, tendo aquela Junta pronunciado favoravelmente quanto ao teor da minuta. Assim, ao abrigo da alínea b), nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, deverá ser submetida a deliberação de Câmara a cedência, à Freguesia de Oleiros, do mobiliário supra indicado, bem como do antigo edifício escolar Bairro, da aludida freguesia de Oleiros, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 643/20110602 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 287, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior". A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES - JUNTA DE FREGUESIA DE OLEIROS - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Junta de Freguesia de Oleiros disponibilizou, desde o ano de 2005, as instalações da sua sede para o funcionamento de um refeitório destinado à população escolar das freguesias de Oleiros, Leitões e Figueiredo. Atendendo a que a EB1 de Oleiros e o respetivo refeitório encerraram a sua atividade no presente ano letivo, a Junta de Freguesia solicitou a cedência de uma banca em aço inox, que foi fixada na sede de Junta, aquando da criação do mencionado refeitório. De acordo com informação prestada pelo Serviço de Educação, não há qualquer inconveniente no deferimento da pretensão, uma vez que

a EB1 de Oleiros encerrou a sua atividade e o estabelecimento de ensino de integração dos alunos dispõe já daquele equipamento. Neste sentido, caso o Município de Guimarães pretenda doar aquele equipamento, deverá submeter-se à Câmara Municipal, nos termos da alínea b), n.º 6, do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a doação, à Junta de Freguesia de Oleiros, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €300,00. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Banca com 2 pias e prateleiras inferiores abertas, em aço inox	€300,00	€300,00
Total		€300,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DOAÇÕES - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE GONDAR -

DOAÇÃO DE BANCOS DE JARDIM - Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "O Centro Social e Paroquial de Gondar, através de ofício datado de 2 de outubro, solicitou a oferta de bancos de jardim, com o objetivo de serem colocados no espaço exterior do seu centro de dia para utilização dos seus utentes. De acordo com informação prestada pela Divisão de Ambiente desta autarquia, considerando o espaço exterior ajardinado daquela instituição e o bem-estar dos utentes na fruição do referido espaço, poderão ser disponibilizados 2 bancos de jardim. Neste sentido, caso o Município de Guimarães pretenda doar aquele equipamento, deverá submeter-se à Câmara Municipal, nos termos da alínea b), n.º 4, do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a doação, ao Centro Social e Paroquial de Gondar, do equipamento abaixo identificado, tendo sido atribuído o valor total de €344,40. -----



DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Dois bancos de jardim tipo "Romântico"	€172,20	€344,40
Total		€344,40

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a

seguinte proposta: "A AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos participantes na Conferência "EISCO 2012 - European Information Society Conference", dos hotéis para o Multiusos e vice-versa. Assim, considerando que se trata de uma conferência subordinada ao tema "Sociedade da Informação em Autoridades Regionais e Locais", por despacho de 6 de Novembro de 2012 propõe-se o deferimento do respetivo pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se a ratificação o apoio concedido". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE GUIMARÃES (OLIVEIRA DO CASTELO) – Presente a

seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: "Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Guimarães (Oliveira do Castelo), aprovou o seguinte aditamento à toponímica existente: Bairro de Artur de Freitas – Arruamento sem saída, com início na rua de S. Dâmaso. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Guimarães (Oliveira do Castelo)". A planta toponímia dá-se aqui

por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 18 DE OUTUBRO DE 2012 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA COMPARTICIPAÇÃO DE LIVROS E MATERIAL ESCOLAR (AUXÍLIOS ECONÓMICOS DIRETOS) – ANO LETIVO 2012/2013

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 20 de novembro de 2012, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, em reunião de Câmara de 18 de outubro último, foi deliberado atribuir, para o ano letivo 2012/13, aos agrupamentos de escolas uma verba global no valor de €92.194,70, para a comparticipação de livros e material escolar dos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico. A atribuição desta verba teve por base o número de alunos abrangidos pela ação social escolar no ano letivo transato, uma vez que, à data da elaboração da proposta, os dados relativos ao ano letivo 2012/2013 não estavam ainda disponíveis e se pretendia que, com a maior brevidade possível, os alunos pudessem beneficiar daquele apoio. Considerando que a transferência das verbas para os agrupamentos de escolas não foi ainda processada e que dispomos já dos dados atualizados da ação social escolar para o corrente ano letivo, propõe-se que se proceda à retificação da deliberação de Câmara de 18 de outubro, de modo a que os valores a transferir correspondam efetivamente ao número de alunos abrangidos pela ação social escolar em 2012/2013. Assim, e em conformidade com o disposto no Despacho nº 18987/2009, de 17 de agosto de 2009, que regula as condições de aplicação das medidas de Ação Social Escolar da



responsabilidade do Ministério da Educação e dos Municípios, com as alterações introduzidas pelos Despachos nº 14368-A/2010, de 14 de setembro de 2010, nº 12284/2011, de 19 de setembro de 2011, e nº 11886-A/2012, de 6 de setembro de 2012, resultará a transferência para os agrupamentos de escolas de uma verba global no valor de €89.560,20, destinada a apoiar os 2901 alunos do 1º CEB (1285 do escalão A; 1616 do escalão B) que, em 2012/2013, são abrangidos pela ação social escolar. À consideração superior". O mapa com a retificação das verbas dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DAS TAIPAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: "O

Agrupamento Vertical de Escolas das Taipas solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, nos dias 22 e 24 Janeiro à ETA da Vimágua em Prazins. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 19 de novembro de 2012 propõe-se o deferimento do respetivo pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de Câmara para deliberação". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - EB1 DA VALINHA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte proposta: "A EB1 da Valinha solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, no dia 4 de Dezembro, ao Guimarães Shopping. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse e por não

haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho de 15 de Novembro de 2012 propõe-se o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para reunião de Câmara o pedido de apoio para deliberação”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO - EB1 DE ABAÇÃO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “A Escola do 1º Cicio de Abação solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, no dia 28 de Novembro, ao Centro Histórico. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho de 14 de Novembro de 2012, propõe-se o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para reunião de Câmara o respetivo pedido de apoio para ratificação”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – EB1/JI DA CHARNECA - CALDELAS - CEDÊNCIA

DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A EB1/JI da Charneca solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros para efetuar o transporte dos alunos, no dia 6 de Dezembro, à estação da CP. Assim, considerando que serve de apoio à realização de uma atividade de relevante interesse e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho a 15 de Novembro de 2012, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de Câmara o respetivo pedido de apoio para deliberação”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**



EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. TORCATO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas do Vale de São Torcato solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte das crianças dos JI de Gonça, JI de Mosteiro e JI de Chã de Bouça, nos dias 6 e 7 de Dezembro ao Centro Cultural Vila Flor. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógico, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho de 13 de Novembro de 2012, propõe-se o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para deliberação o pedido de apoio”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - ALTERAÇÃO DO OBJETO DO SUBSÍDIO ATRIBUÍDO AO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE RONFE – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social: “Em reunião de Câmara de 12 de abril de 2012 foi deliberado aprovar o apoio a 28 instituições de solidariedade social, entre as quais o Centro Social Paroquial de Ronfe, este último com um subsídio de €2.000.00 para a aquisição de uma carrinha de dezassete lugares destinada ao transporte de crianças e idosos do Centro de Dia. Na sequência desta deliberação, foi celebrado em 21 de Junho de 2012 um Protocolo com este Centro Social, nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho. Contudo, no passado dia 30 de outubro, o Presidente desta instituição, Reverendo Padre João Silva, solicitou à Câmara Municipal a alteração do objeto do subsídio de modo a ser aplicado na aquisição de mobiliário necessário “para equipar a resposta social do Pré-escolar”, uma vez que não

dispõem de qualquer apoio financeiro para esta resposta social. Considerando que foi emitida a declaração de cabimento nº 2186/2012 relativa ao valor total dos subsídios e que foi fundamentado e emitido o compromisso relativo à atribuição de subsídios às instituições a que reporta a deliberação de 12 de abril e na qual esta instituição se inclui, propõe-se a aprovação do pedido de alteração do subsídio, anexando um aditamento ao atual Protocolo, onde conste: A alteração da Cláusula 1ª – Objeto, nos seguintes termos: O presente Protocolo tem por objeto o incentivo e a cooperação financeira entre os representados de ambos os outorgantes para aquisição de mobiliário para equipamento das instalações do Pré-escolar”. A minuta do aditamento ao protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - COOPERATIVA TEMPO LIVRE - ENSAIOS PARA A CERIMÓNIA DE ABERTURA GUIMARÃES CED 2013 - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A

Tempo Livre - Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres solicitou a colaboração do município através da cedência autocarros para efetuar o transporte para ensaios dos grupos que participarão na abertura de Guimarães Cidade Europeia do Desporto 2013. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho 19 de Novembro de 2012, propõe-se o deferimento do respetivo pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para reunião de Câmara o pedido de apoio para deliberação”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 21 - Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012

Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta por se ter considerado impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----